



GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

DPKO

Departamento de Operações de Paz



FAAP
Desde 1947



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

F Ó R U M
FAAP
DE DISCUSSÃO
ESTUDANTIL

GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

De 30 de maio a 02 de junho de 2018
São Paulo
www.faap.br
forumfaap_com@faap.br
(11) 3662-7262



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

Sr^a. Celita Procopio de Carvalho

Integrantes

Dr. Benjamin Augusto Baracchini Bueno

Dr. Octávio Plínio Botelho do Amaral

Dr. José Antonio de Seixas Pereira Neto

Sr^a. Maria Christina Farah Nassif Fioravanti

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Dr. Antonio Bias Bueno Guillon

ASSESSORIA DA DIRETORIA

Assessor Administrativo e Financeiro

Sr. Tomio Ogassavara

Assessor de Assuntos Acadêmicos

Prof. Rogério Massaro Suriani

FACULDADE DE ECONOMIA

Diretoria

Prof. Silvio Passarelli

Coordenação

Prof^a. Fernanda Petená Magnotta

Prof. Paulo Dutra Costantin

Fórum FAAP de Discussão Estudantil - Coordenação

Prof. Victor Dias Grinberg



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Queridos delegados,

Sejam bem-vindos ao XV Fórum FAAP de Discussão Estudantil e ao Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) das Nações Unidas.

O DPKO busca integrar os diversos esforços internacionais no contexto de Operações de Paz. Junto ao Conselho de Segurança, fornece orientação política e executiva às operações das Nações Unidas com o objetivo de manter a paz com processos políticos.

Nessa edição, a intenção central do Departamento é revisar os acontecimentos da antiga Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e determinar novas metas e estratégias para a próxima missão no país: a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUSJUSTH).

Diante do cenário atual, a mesa aguarda ansiosamente para auxiliá-los nas discussões e, por fim, possam desenvolver o debate e as estratégias para a nova missão aprimorando os resultados sociais, jurídicos, políticos e econômicos do país. Esperamos que tenham um ótimo processo de estudo baseado em muitas pesquisas, para impactar e ressaltar a potencialidade do país na sua reinserção no cenário internacional.

Obrigada e esperamos por vocês,

Os diretores.



HISTÓRICO DO COMITÊ

O Departamento de Operações de Paz (Department of Peacekeeping Operations - DPKO) foi criado em 1992 pelo então secretário-geral Boutros Boutros-Ghali e tem suas origens em dois projetos da Organização das Nações Unidas (ONU), da década de 1984, de supervisão, controle e comando das operações de paz: A United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO), no Oriente Médio, e a United Nations Military Observer Group for India and Pakistan (UNMOGIP), que tratava da questão da Caxemira.

O DPKO fornece orientação política e executiva às operações de manutenção da paz da ONU em todo o mundo e mantém contato com o Conselho de Segurança, tropa e contribuintes financeiros e as partes no conflito na implementação dos mandatos do Conselho de Segurança. (DPKO, 2018)

Em suma, funciona como uma grande base operacional para todas as operações de campo da ONU. É responsável por formular políticas e traçar procedimentos para colocar em prática as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que versam sobre as missões de

paz, tanto as novas, quanto as que ainda estão em andamento.

A manutenção da paz é política e seu sucesso final depende de processos políticos ativos e sustentáveis ou da perspectiva real de um processo de paz. O Departamento trabalha para integrar os esforços das Nações Unidas, entidades governamentais e não governamentais no contexto das operações de manutenção da paz. O DPKO também fornece orientação e apoio em ações militares, policiais, de minas e outras questões relevantes para outras missões políticas e de paz da ONU. (DPKO, 2018)

O Conselho do DPKO é composto por 7 diferentes cargos: o secretário-adjunto para operações de paz; secretário-geral adjunto do Apoio em Campo; assistente de secretário-geral das Operações; assessor militar; assistente de secretário-geral do Estado de Direito; assistente de secretário-geral do Apoio em Campo e o assessor de Polícia das Nações Unidas. Além de possíveis autoridades e especialistas para discutir questões específicas.



HISTÓRICO DO PROBLEMA

1. O HAITI

a. Colonização e Independência

O Haiti é um país localizado no Caribe, que ocupa a porção oeste da ilha de Hispaniola (a qual divide território com a República Dominicana), parte das Grandes Antilhas. Antiga colônia francesa e “conhecida como a Pérola das Antilhas, a mais rica colônia da monarquia francesa contava, na época, com sete mil e oitocentas propriedades agrícolas, onde se produziam café, algodão e, sobretudo, açúcar” (SEITENFUS, 1992, grifo do autor, p.1). O sistema de produção seguia a monocultura e mão de obra escrava, oferecendo gigantescas vantagens econômicas para a metrópole, numa sociedade extremamente rígida. (MATIJASCIC, 2009, p.3)

Eric Williams analisou a estrutura social haitiana dividindo-a em cinco grupos. No topo da hierarquia estavam os “grandes brancos” que eram os proprietários e comerciantes de monoculturas. No segundo grupo estavam os funcionários da monarquia francesa. O terceiro era constituído pelos “brancos

pobres” que eram homens de ofício de baixa remuneração, como professores e artesãos. Esses três primeiros grupos somavam um total aproximado de 40 mil pessoas. Em seguida, a sociedade colonial se dividia entre mulatos e negros. Os mulatos totalizavam 28 mil pessoas. Eram cidadãos livres que não tinham o mesmo status social e direitos políticos desfrutados pelos brancos. Por último, a mais ampla camada social reunia mais de 452 mil escravos (WILLIAMS, 1970 apud MATIJASCIC, p. 3).

Em meio a tamanha desigualdade social, o Haiti tornava-se um território cada vez mais propício ao desencadeamento de rebeliões. Eis que em 1791, um grupo formado por escravos e mulatos se uniram numa grande mobilização na tentativa de por fim ao *status quo* vigente. Um grupo de 300 a 400 negros participaram dessa rebelião, que teve fim pela atuação da milícia colonial. (JAMES, 1980 apud MATIJASCIC., p. 3).

Nesse contexto de rebeliões, Toussaint L'Overture ficou conhecido por liderar a principal revolta dos escravos e declarou-se “Tenente Governador” em 1796. Aproveitando-se da fragilidade política da França para controlar as revoltas na colônia naquele



momento, Toussaint L'Overture ao assumir estabeleceu novas diretrizes para o Haiti. O líder propôs substituir a mão-de-obra escrava pela remunerada e exigiu a quebra do monopólio comercial francês para expandir relações comerciais com a Inglaterra e os Estados Unidos. Além disso, defendeu a expulsão de autoridades francesas. (MATIJASCIC, 2009 p. 4)

Quando Napoleão Bonaparte estabiliza a França politicamente, existe a tentativa de retomada da colônia, em 1801. Uma tropa composta por mais de 20 mil homens (mercenários europeus, em maioria) de diversas nacionalidades, se direcionou à Hispaniola, capturando Toussaint L'Overture e o enviando para a França, onde morreu na prisão.

Após a prisão do antigo líder, o haitiano Jean-Jacques Dessalines conduziu a retomada do combate. Integrandos das tropas francesas e mercenárias morreram na guerra e muitos sucumbiram a doenças tropicais, como a febre amarela. Até mesmo o próprio capitão-general Leclerc foi acometido pela doença e morreu em 1802. Naquele momento, a França não dispunha de número suficiente de soldados para enviar outra missão a Saint-Domingue, porque estava em guerra

na Europa (guerras napoleônicas). Assim, o intento francês para conter a rebelião na colônia fracassou e Saint-Domingue declarou independência em 1804. (MATIJASCIC, 2009, p. 4)

Uma luta fora vencida, mas havia muito o que batalhar ainda para conquistar de fato a independência. Uma declaração desse tipo colocava em cheque todo o sistema colonial. A França foi a primeira, entre todas as potências europeias, a negar o reconhecimento do Haiti como território independente. Tal reconhecimento, só foi concedido em 1824, sob a condição de pagamento de indenização no valor de 150 mil francos. A Inglaterra, por outro lado, ofereceu a primeira parceria depois da independência, sendo que os Estados Unidos da América (EUA) e o Haiti já eram parceiros desde a época colonial, mantendo-se.

De acordo com David Nicholls, do processo de independência até 1915, as disputas internas pelo poder entre negros e mulatos foram uma constante. Na opinião do autor, apesar da união para que se livrassem do colonizador, após atingirem o objetivo, o foco voltou-se para as disputas internas de poder:



(...) a hostilidade entre os dois grupos levou a cada um, quando ocupou o governo, preferir intervenções externas em assuntos domésticos a permitir que o grupo rival tomasse o poder. Frequentemente, observamos que os políticos haitianos solicitaram assistência estrangeira militar em troca de benefícios como ceder parte do território para uma base naval ou oferecer vantagens comerciais. No início do século XIX, os britânicos e franceses estavam mais propensos a obter privilégios no Haiti; ao final do mesmo século, essa situação foi gradualmente substituída pelos Estados Unidos e pela Alemanha (NICHOLLS, 1996, p8).

Devido à posição estratégica das ilhas caribenhãs como, por exemplo, servindo de locais de parada para navios mercantes com dente na América, tornando o território haitiano alvo de disputas das potências, por não ter influência predominante de nenhuma delas. Como afirma, Vanessa Matijascic (2009):

“O contexto interno facilitou a presença de outras nações no país. Porém, as razões que motivaram potências europeias e os Estados Unidos a intervirem em assuntos domésticos estiveram muito distantes

do foco de atender meramente ao pedido dos governos haitianos. (...) A vulnerabilidade do Haiti a esses interesses externos foi uma consequência da instabilidade política e da dependência econômica do país”.

Há historiadores que defendam que é possível dividir a história do Haiti em períodos de instabilidade seguidos de momento de centralização política. Então, teríamos os seguintes períodos: 1) entre o fim do século XIX e o início do XX, com o auge na intervenção dos Estados Unidos; 2) após a retirada das tropas americanas, o segundo período de grande instabilidade, entre 1934 e 1956.

b. A intervenção norte-americana

Desde a segunda metade do século XIX, os Estados Unidos queriam estabelecer uma base naval em um dos países que se situavam na Passagem de Windward. Escolheram estabelecer a base naval em Cuba, mas não poderiam deixar que alguma potência europeia ocupasse o Môle-Saint-Nicolas, localizado a noroeste do Haiti. Para os Estados Unidos, a necessidade de controle da Passagem de Windward implicava em obter acesso livre ao Canal do Panamá. Temendo que a Alemanha anexasse o



Môle-Saint-Nicolas, os Estados Unidos mandaram os marines para o Haiti em julho de 1915 sob alegação de intervenção humanitária (SCHMIDT, p.11)

Richard A. Haggerty, entre outros autores, prefere chamar esse momento de “ocupação norte-americana”. Afirma que os representantes dos EUA no Haiti exerciam poder de veto sob as decisões do governo. (HAGGERTY, 1991, p.224) Afirma também que, à época, os marines norte-americanos optaram por manter os mulatos no poder. De 1915 a 1922, Philippe Sudre Darteguenave foi escolhido para governar o país, seguido de Louis Borno (1922-1929) e Stênio Vincent (a partir de 1930). (MATIJASCIC, 2009, p.8)

Depois de diversas desavenças entre os marines e a elite mulata, que acreditava que teria tratamento diferente dos negros do país, além de diversas manifestações contra a constituição escrita pelos norte-americanos, que colocava na carta magna do país, a possibilidade de ceder partes do território a outros países uniu os haitianos de certa maneira. Os jovens intelectuais começaram a se engajar num movimento conhecido com “negritude”, responsável por

resgatar as raízes africanas, trazendo com força o nacionalismo e o repúdio à atuação norte-americana, considerada uma forma de dominação por muitos. François Duvalier fez uso desses mesmos valores para obter apoio nas eleições de 1956. (MATIJASCIC, 2009, p.9)

Ao fazer um balanço da intervenção norte-americana, Richard A. Haggerty destacou que o ponto negativo da interferência dos Estados Unidos no Haiti foi o fracasso em conseguir solidificar a estabilidade política. Embora isso seja verdade, devemos recordar que esse não foi o interesse prioritário que motivou os Estados Unidos a intervirem no país. Impedir que a Alemanha conseguisse a posse do Môle-Saint-Nicolas para que o trajeto dos navios norte-americanos até o Canal do Panamá não fosse obstruído era o principal interesse dos Estados Unidos. Ademais, obter o controle das finanças do Haiti permitiu que o país deixasse de ser dependente economicamente da França para contrair dívidas com os Estados Unidos, principalmente, por meio do investimento norte-americano de capital privado na infraestrutura do país. (MATIJASCIC, 2009, p.9)

Os Estados Unidos formalizaram a retirada das



tropas em 1934, devido à Política Norte-americana de Boa Vizinhança (1933-1945). Com esse fato, o Haiti se insere em uma gigante instabilidade, com diversos golpes, eleições acusadas de fraude e tentativas de tomada de poder. A estabilidade só retornou em 1956, com a eleição de François Duvalier.

c. O Regime Duvalierista

O regime duvalierista compreendeu um período em que o autoritarismo e a centralização política prevaleceram. Para sustentar esse regime de governo, o aparato repressor estatal foi empregado para perseguir e eliminar qualquer tipo de oposição política. Os ditos duvalieristas foram aqueles que apoiaram a perseguição de líderes de insurgências populares e censuraram os opositores políticos, mantendo a hierarquia da estrutura social e os privilégios dos grupos que obtiveram poder político e econômico. As bases desse regime foram impostas por François Duvalier com adesão dos setores conservadores da sociedade haitiana: militares, Igreja Católica e elite mulata. O regime duvalierista também amparava os interesses dos Estados Unidos no contexto bipolar, pois afastava a possibilidade de acontecer revoltas

populares e a expansão da ameaça comunista no Haiti. O presidente esteve no poder de 1957 a 1971 e permaneceu em cargo vitalício, escolhendo para sucedê-lo Jean-Claude Duvalier (1971-1986), seu filho. (MATIJASCIC, 2009, p.12)

Eleito democraticamente em 1956, François Duvalier, também conhecido como Papa Doc (apelido que recebeu por ser formado em Medicina), gerou profundas mudanças na estrutura da Guarda Presidencial, incorporando jovens oficiais em altos cargos e milícias civis armadas. Criou, em 1962, os Voluntários da Segurança Nacional, conhecidos como Tonton Macoutes pela população (os “bichos-papões”), que tinham como função perseguir, prender e eliminar opositores e/ou contestadores do governo.

Para Haggerty, a criação dos VSN reduziu a histórica influência dos militares na escolha dos líderes políticos do Haiti, pois neutralizou o poder das Gendarmes d’Haïti. Esta redução de influência deu estabilidade ao regime ditatorial e uniu Gendarmes d’Haïti e VSN no papel de combate às ameaças internas. (MATIJASCIC, 2009, p. 13)



Com os assuntos internos estáveis, o novo desafio vinha de outro setor: o cenário internacional. Especificamente, como lidar com o surgimento de Fidel Catro em meio ao contexto de bipolaridade mundial.

Bernard Diederich e Al Burt observam que, embora o presidente não alimentasse empatia pelo comunismo, viu na alternativa do reconhecimento do governo de Fidel Castro, em janeiro de 1959, uma forma de prevenir que um foco de resistência ao regime duvalierista fosse fomentado em Cuba. Esse receio estava além das possibilidades de adesão ideológica ao comunismo por parte de alguns haitianos que residiam no país vizinho. A preocupação de Duvalier era que recursos materiais (munições e armas) fossem transportados de Cuba para armar a oposição política do seu governo. Mesmo tendo punido e extinguido o partido comunista do Haiti, era prudente precaver-se para impedir qualquer tentativa da oposição de se organizar e se voltar contra o governo. (MATIJASCIC, 2009, p. 13)

Numa tentativa de centralizar o poder em seu governo, em 1961, Duvalier dissolveu a Assembleia-geral, em 1961, reelegendo-se por mais 6

anos. Aboliu a Constituição Nacional em 1964 e outorgou uma nova, na qual o presidente tinha mandato vitalício.

Devido a problemas de saúde, forçou o legislativo a reduzir a idade mínima para a presidência de 40 para 18 anos e, subsequentemente, indicou o filho Jean-Claude como seu sucessor em 1971.

Um referendo popular legitimou Jean-Claude Duvalier como presidente do Haiti, embora tal resultado fosse apenas uma constatação artificial e simbólica do desejo da população. Após o período regencial, Jean-Claude assumiu a presidência assim que atingiu maioria. A aproximação do governo de Jean-Claude com o governo Carter dos Estados Unidos influenciou na adoção de medidas para liberalizar o regime duvalierista. Ao final da década de 70, Jean-Claude Duvalier restaurou parcialmente a liberdade de imprensa e permitiu que partidos políticos de oposição fossem formados. A proximidade com os Estados Unidos também contribuiu para a reabertura da Academia Militar em 1972 e, por incentivo do governo norte-americano, mais uma força de contra-insurgência foi criada, os Leopards Corps (HAGGERTY, apud, MATIJASCIC, 2009, p.14)



Jean-Claude Duvalier promoveu medidas de liberalização que deram aos haitianos a capacidade e a possibilidade de se manifestarem sem punição e/ou perseguição. Tal fato acabou por gerar, em 1984, ondas de violência popular quase impossíveis de serem contidas.

Em 1986, os esforços da primeira junta militar foram direcionados não só para conter o caos social e político no qual o país estava mergulhado, mas também para permanecer no poder convencidos de que conseguiriam restabelecer a ordem interna. Contudo, a ascensão da junta militar a presidência contribuiu para que as revoltas populares aumentassem. Todas as tentativas para promover eleições que levassem ao poder um líder político eleito democraticamente entre os anos de 1986 e 1990 fracassaram. Ocorreu no Haiti uma sucessão de golpes militares. Durante esse período, as organizações internacionais estiveram atentas não somente aos acontecimentos no Haiti, como também aos conflitos existentes na América Central e Caribe da década de 80. Em 1990, para sanar a crise de representatividade política no país caribenho, a OEA e a ONU integraram uma missão conjunta de observação eleitoral. Jean-Bertrand Aristide foi o candi-

dato que venceu as eleições e assumiu a presidência do Haiti em fevereiro de 1991, mas foi deposto pelo general Raoul Cedras em outubro do mesmo ano. A partir desse momento, um longo processo de negociação foi iniciado e que resultou no envio de tropas de operações de manutenção de paz da ONU para restabelecer Aristide ao poder, modernizar as forças armadas do país e criar a primeira polícia civil haitiana. (MATIJASCIC, 2009, p.15)

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A partir da resolução de fevereiro de 2004 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada a fim de restaurar a segurança no país, assim como reestruturar seu caráter institucional. Tal resolução se deu por inúmeros fatores que indicavam uma grande instabilidade política e uma onda de violência que acabaram por levar o presidente Jean Aristide ao exílio. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015)

A MINUSTAH se apresentou como a missão com maior participação latina da história da ONU, contando com a presença de 13 países do conti-



nente, sendo o Brasil o com maior contribuição militar. A missão apoiou as bases políticas e democráticas para superar a situação emergencial e crítica em que o país se encontrou após os desastres ambientais de 2010 e 2016. A ONU e o Haiti consideram a missão como um sucesso na contenção da atuação de criminosos que antes atuavam nas principais cidades do país.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, além de todo o apoio militar que o país recebeu, houve ainda cooperação técnica e humanitária dos países-membros da missão dos quais promoviam visitas para monitorar o nível de desenvolvimento do país. Esforços para melhorar a infraestrutura do país, assim como restaurar a defesa civil, após o terremoto de 2010 e o furacão de 2016, se intensificaram entre os países-membros.

Vale ressaltar que durante os 13 anos de atuação da missão no país, a ONU fortaleceu o povo haitiano apoiando-os pela luta da democracia, segurança, estabilidade e fortalecimento de diversas instituições após os dois grandes desastres naturais do país. Segundo a Permanent Missions (2017), a

segurança no país melhorou significativamente desde o estabelecimento da MINUSTAH, diminuindo quase totalmente os sequestros e levando as taxas de homicídios às mais baixas desde 2013, assim como auxiliou a Polícia Nacional do Haiti a restaurar controle sob bairros que há muito estavam sendo dominados por gangues.

Durante sua atuação, a Missão da ONU financiou 2.250 projetos avaliados em 125 milhões de dólares para estabilizar o país e ajudou a aumentar o trabalho da Polícia Nacional que cresceu substancialmente em quantidade e capacidade. (PERMANENT MISSIONS, 2017)

Em 2017, a Resolução 2350 do Conselho de Segurança das Nações Unidas colocou um prazo final de duração da MINUSTAH e sua substituição por uma nova missão. A Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUSJUSTH) não tem caráter militar e se empenha em apoiar o diálogo político e o fortalecimento das forças policiais do Haiti, assim como instituições jurídicas, penais e de direitos humanos.

A decisão se deu de forma unânime após reconhecer o marco importante do alcance da esta-



bilização depois das eleições mais recentes, determinando um período final de atuação, assim como a substituição da MINUSTAH por uma missão sucessora menor para manter a paz. Depois de 13 anos de existência e atuação, a MINUSTAH, por fim, reduziria seu componente militar nos meses seguintes à resolução de forma gradual, tendo sua retirada final em outubro de 2017. (UNITED NATIONS NEWS, 2017)

A MINUJUSTH foi estabelecida para fornecer apoio ao governo haitiano a fim de fortalecer instituições do Estado de Direito, desenvolver e reestruturar a Polícia Nacional e fiscalizar relatórios e análise de direitos humanos provenientes do país.

A nova missão seria composta por até sete unidades de polícia e 295 policiais individuais durante os seis primeiros meses. Vale ressaltar que a primeira missão, a MINUSTAH, contava com mais de 11 unidades e mil policiais individuais. Além disso, foi fornecida uma autorização a essa nova missão para proteger civis que estejam sob ameaça iminente de violência física conforme necessário. (UN NEWS, 2017)

A presidente da antiga MINUSTAH destacou os

progressos significativos que foram promovidos até então no desafio da consolidação da democracia e na manutenção da paz, segurança e estabilidade. Apesar de tais melhorias, permanecem ainda os desafios políticos que se agravam em fragmentos de fragilidade política e democrática. Sandra Honoré, presidente da MINUSTAH, ressalta que a partir de agora é necessário mover esforços para a remodelação entre a comunidade internacional e o país a fim de monitorar os direitos humanos e garantir o fortalecimento dos progressos conquistados pela Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti desde 2004.

A presidente ressalta que a ideia principal se baseia numa transição gradual das tarefas exercidas pela presença internacional e da Equipe das Nações Unidas para o governo haitiano, com o objetivo de fornecer uma nova oportunidade de recomeço à história do país. (UN NEWS, 2017)

Segundo a Missão Permanente da França, o relatório do secretário-geral destaca a essencialidade do trabalho da MINUSTAH nos anos anteriores para reerguer o país da situação emergencial do qual se encontrava. Restaurou sua segurança



relativa, elevou esforços para a reconstrução das áreas atingidas pelos terremotos, entre outros.

A MINUJUSTH deverá consolidar o progresso já avançado e alcançado nos últimos anos pelos diversos esforços dos atores envolvidos. Tem como objetivo transformar a Polícia Nacional do Haiti um ator autônomo que possa, sem ajuda internacional, garantir a paz e a segurança no país. Busca também empreender novos projetos com grande importância no domínio do Estado de Direito, a fim de aumentar a luta pela impunidade, fortalecimento do profissionalismo e uma certa independência do sistema judiciário, assim como o estabelecimento de um sistema prisional que esteja de acordo com as necessidades do país e da Declaração Universal de Direitos Humanos.

A questão da afirmação e garantia dos direitos humanos continua a ser motivo de grande preocupação, o que levou a MINUJUSTH a acompanhar de perto as recomendações feitas pela Resolução do CSNU. Tais recomendações tornam-se indispensáveis para um processo efetivo de manutenção da paz sendo fundamental nas atividades da próxima missão.

Além do compromisso internacional, cabe às autoridades haitianas garantir o sucesso da missão. Tal iniciativa não significa o abandono do compromisso das Nações Unidas com o Haiti, mas apenas demonstra a capacidade do CSNU de responder às necessidades das populações em questão, segundo a Missão Permanente da França.

Somado a isso, o estabelecimento da MINUJUSTH marca a criação de uma ferramenta poderosa e mais estruturada a serviço do país e de sua população, que dependem da manutenção do comprometimento internacional coletivo. (PERMANENT MISSION OF FRANCE, 2017).

Ainda sobre o posicionamento francês em Nova York, destacaram que é essencial que a cooperação internacional ajude o Haiti a passar de uma lógica de assistência para uma de desenvolvimento sustentável. A MINUJUSTH virá com essa prioridade e com um papel importantíssimo em desempenhar futuros desenvolvimentos.

Porém, em 2015, forças brasileiras apresentaram certo receio na decisão do Conselho de Segurança em diminuir militares na época de eleições do país, pois destacam a possibilidade de novas



ondas de violência retornarem. Vale destacar que, segundo a *Folha*, as eleições atrasadas em três anos foram agendadas por pressão internacional em 2015.

José Luiz Machado e Costa, embaixador do Brasil no Haiti, destacou na época a ameaça do aumento da violência e o retorno da intimidação no interior do país motivados pela ação de cabos eleitorais. Destaca, ainda, que para combater tal ameaça é necessário contingente para monitorar as urnas, mas se preocupa com a redução dos componentes militares no país.

Fica a cargo de vocês delegados, analisar os resultados da participação da MINUSTAH ao longo dos últimos anos e movimentar as discussões para adequar e identificar as necessidades que o Haiti verdadeiramente desenvolveu. A implantação da MINUJUSTH deverá se ajustar a dados reais sobre as verdadeiras necessidades do país, assim como a legítima capacidade de se reerguer agora politicamente e institucionalmente.

PANORAMA

JEAN-PIERRE LACROIX

O Sr. Jean-Pierre Lacroix ocupa o cargo de secretário-geral adjunto das Operações de Manutenção da Paz e possui mais de 25 anos de experiência política e diplomática, focando em organizações multilaterais e em diversas atividades encabeçadas pelas Nações Unidas.

Nasceu em maio de 1960 e possui bacharelado do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais (ESSEC), do Instituto de Estudos Políticos - Sciences Po Paris - e da Escola Nacional de Administração (ENA). (DPKO, 2018)

ATUL KHARE

Ocupa o cargo de secretário-geral adjunto de Apoio ao Campo desde março de 2015. Traz a gestão estratégica e a experiência de reforma inovadora tanto na sede como na perspectiva de campo e possui uma carreira longa e sênior nas Nações Unidas. Liderava a Equipe de Gerenciamento de Mudanças em 2011 e 2012, e foi secretário-geral adjunto para Operações de Manutenção da Paz e vice-chefe de Departamento de



Operações de Manutenção da Paz em Nova York anos antes. (DPKO, 2018)

Nascido em 1959 na Índia, possui formação em Medicina e Cirurgia pelo Instituto de Ciências Médicas da Índia. É mestre em Administração de Empresas e Liderança pela Universidade do Sul da Austrália. (DPKO, 2018)

BINTOU KEITA

A Sra. Bintou Keita é a atual secretária-geral adjunto das Operações e atuou em diversos cargos de alta liderança e administração com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (DPKO, 2018)

Nasceu em 1958, é mestre em Economia Social pela Universidade Paris II e pós-graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Paris IX. (DPKO, 2018)

CARLOS HUMBERTO LOITEY

É conselheiro militar e líder do Escritório de Assuntos Militares. Além disso, é tenente-geral em serviço, responsável perante o secretário-

-geral adjunto. Presta aconselhamento militar, apoio e conselhos dentro do DPKO, o Departamento de Apoio ao Campo e operações com aspectos militares. (DPKO, 2018)

ALEXANDER ZOUJEV

Ocupa o atual cargo de secretário-geral adjunto do Estado de Direito e, desde 1990, faz parte das Nações Unidas. Antes de seu ingresso na ONU, Sr. Zoujev trabalhou como decano em Moscou e com desenvolvimento social e econômico na organização.

Nascido em 1958, é Ph.D. em Economia do Desenvolvimento e autor de diversos artigos e livros sobre os aspectos do desenvolvimento. (DPKO, 2018)

LISA M. BUTTENHEIM

Trabalha como secretária-geral adjunta para o Apoio ao Campo. Possui 30 anos de experiência em assuntos políticos e manutenção da paz com as Nações Unidas. Desde 1983, faz parte da ONU ocupando diversos cargos como chefe de gabinete, diretora e consultora sênior no Gabinete do Enviado Especial para os Balcãs, em Genebra. (DPKO, 2018)



LUIS CARRILHO

Desde 2019, atua como assessor de polícia das Nações Unidas, é líder da Divisão de Polícia, responsável perante o subsecretário-geral de Estado de Direito e Instituições de Segurança. É responsável por aconselhar e apoiar os assuntos relacionados a policiamento para o DPKO e seus chefes de polícia. (DPKO, 2018)

GENERAL AJAX PORTO PINHEIRO

Foi nomeado, pelo chefe da ONU, como comandante da Missão no Haiti (MINUSTAH), em 2015. Possui 20 anos de experiência militar nacional e internacional e atuava como vice-chefe do Departamento-geral do Exército brasileiro. Já foi diretor de Educação Superior Militar, comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e líder da brigada de infantaria. (NAÇÕES UNIDAS, 2015)

Quanto à sua experiência com as Nações Unidas, comandou o batalhão militar do contingente brasileiro da MINUSTAH e foi observador da Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador. Nascido em 1956, possui mestrado em Administração de Empresas pela FGV no Rio de

Janeiro. (NAÇÕES UNIDAS, 2015)

MAMADOU DIALLO

Foi nomeado como representante especial adjunto da Missão da ONU para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH) pelo secretário-geral Antônio Guterres. Atuará também como coordenador residente da ONU, coordenador humanitário e representante do PNUD. Desde 2015, o Sr. Diallo ocupa o cargo de representante especial adjunto do secretário-geral da Missão da ONU na República Democrática do Congo. Foi diretor regional do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS para a África Ocidental e Central. (UN, 2017)

Possui graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Conakry, e mestrado em Saúde Pública pela Universidade Estadual de San Diego. (UN, 2017)

DENIS REGIS

É o embaixador do Haiti permanente na Organização das Nações Unidas. Advogado de formação, foi admitido no Ministério dos Negócios Estrangeiros no Haiti, em 1978. Participou



de várias missões e conferências internacionais representando o Haiti, as Nações Unidas e também a Organização dos Estados Americanos. É o presidente fundador do Centro de Estudos Diplomáticos Internacionais, instituição privada para ensino superior.

DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL (DPO)

Considerando o que foi apresentado neste Guia de Estudos, o Documento de Posição Oficial de cada delegado deve conter uma página e seguir a seguinte formatação:

- Fonte: Times new Roman, tamanho 12.
- Espaçamento simples.
- Texto justificado.
- Margens de 2cm.
- Nome do representante em caixa-alta, negrito e centralizado.
- Símbolo do comitê no canto superior esquerdo.

- Brasão de Armas ou Emblema Nacional no canto superior direito.
- Assinatura do delegado no canto inferior direito.

Respeitando as limitações dos respectivos cargos de cada representante, deve-se ressaltar o posicionamento com relação à situação do Haiti. Procurem responder às seguintes questões: A MINUSTAH foi bem-sucedida? Quais são as perspectivas para a MINUSJUSTH?

O DPO deve ser entregue até o fim da primeira sessão para correção e avaliação. Os documentos terão notas atribuídas que serão contabilizadas aos outros pontos e estarão disponíveis para consultas durante todos os dias do Fórum.

Vale lembrar que os DPOs devem ser autorais e o plágio, além de ilegal, incorre em nota 0 (zero) para o documento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a atenta leitura deste Guia de Estudos, a mesa diretora encoraja que os senhores delegados imerjam nos estudos referentes às representações e o tema apresentado aqui. A partir do conteúdo deste documento, os senhores refletirão sobre o futuro do Haiti e como as Nações Unidas devem atuar naquele contexto.

O objetivo deste comitê, em suma, é fazer um grande apanhado e revisar os acontecimentos da MINUSTAH e, por meio desta análise, gerar prospecções e criar diretrizes para a próxima missão, a MINUSJUSTH.

É importante refletir, para um devido posicionamento durante as discussões, se a MINUSTAH cumpriu seu objetivo, se o seu encerramento foi pertinente e quais rumos a nova missão estabelecida deverá ter. Fica a questão: como garantir a estabilidade política no Haiti, país assolado por instabilidades políticas recorrentes?

Caso os senhores delegados desejem redigir uma proposta de agenda anterior ao início do evento, a mesa diretora pede que a redação

seja coerente com a complexidade do tema. Quaisquer propostas de agenda serão discutidas amplamente por todos os participantes do DPKO, após os discursos iniciais. A redação dessa proposta anterior ao Fórum FAAP não implica em maior ou menor nota de qualquer delegação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOTT, Elizabeth. **Haiti: The Duvaliers and Their Legacy**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1988.

CHEFE DA ONU nomeia o general brasileiro Ajax Porto Pinheiro como comandante da Missão no Haiti. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-nomeia-o-general-brasileiro-ajax-porto-pinheiro-como-comandante-da-missao-no-haiti/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FREITAS, Olivia. **Redução de tropas da ONU no Haiti pré-eleições preocupa brasileiros**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/04/1618518-reducao-de-tropas-da-onu-no-haiti-pre-eleicoes-preocupa-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

HAGGERTY, Richard A (ed). **Dominican Republic and Haiti: country studies**. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1991.

HAITI: From MINUSTAH to MINUJUSTH. Disponível em: <<https://onu.delegfrance.org/Haiti-From-MINUSTAH-to-MINUJUSTH>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MAMADOU DIALLO OF GUINEA - Deputy Special Representative of the UN Mission for Justice Support in Haiti (MINUJUSTH). Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/personnel-appointments/2017-09-20/mr-mamadou-diallo-guinea-deputy-special-representative>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MINUJUSTH FACT SHEET. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/minujsth>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MINUSTAH CLOSED after 13 years of service. Disponível em: <<https://www.un.int/news/minustah-closed-after-13-years-service>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS para a Estabilização no Haiti. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

O BRASIL NA MINUSTAH. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 16 mar. 2018.



SECURITY COUNCIL DECIDES UN Mission in Haiti will close by October; approves smaller follow-on operation. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2017/04/555342-security-council-decides-un-mission-haiti-will-close-october-approves-smaller>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti**: a soberania dos ditadores. Porto Alegre: Sólivros, 1994. SCHMIDT, Hans. The United States Occupation of Haiti, 1915-1934. Nova Brunswick: Rutgers, 1995.

STOTZKY, Irwin P. **Silencing the Guns in Haiti**: the promise of deliberative democracy. Chicago: University of Chicago Press, 1997.